

“ECUMENISMO, VERGONHOSA CAPITULAÇÃO”: CONFLITOS ENTRE CONSERVADORES E PROGRESSISTAS NO MEIO BATISTA BAIANO (1964-1980)

Luciane Silva de Almeida*

Resumo: Após o golpe de 1964 os batistas, em geral, demonstraram sua lealdade ao Estado, na medida em que apoiavam irrestritamente o governo ditatorial e os membros que conseguiam eleger-se em cargos políticos. Contavam para isso com a prática da denúncia dos membros da denominação que mostravam-se simpáticos a qualquer projeto social fosse ele progressista, comunista ou ecumenista, que, aos olhos das lideranças, eram iguais por serem carregados de “subversão”. Na Bahia, essa reação conservadora atingiu seu auge na questão que envolveu a Igreja Batista Dois de Julho e a Igreja Batista Nazaré que foi criada durante o início dos anos 70 por ex-membros da União de Mocidade da Igreja Dois de Julho excluídos devido a suas idéias progressistas baseadas no Evangelho Social e as suas práticas ecumênicas.

Palavras-chave: Batistas, Ecumenismo, Comunismo

Abstract: After the blow of 1964 the Baptists, in general, made an effort to demonstrate your loyalty to the State, in the measure in that supported with no limits the dictatorial government and the members that got elect them selves in political positions. They counted for that with the practice of the accusation of the members of the denomination that were shown nice the any progressive social project goes communist or ecumenista, that, to the eyes of the leaderships, they were same for they be loaded of “subversion”. In Bahia, that conservative reaction reached your peak in the subject that involved the Church Batista Dois de Julho and the Church Batista Nazaré that it was created during the beginning of the seventies by ex-members of the Union of Youth of the Church Dois de Julho excluded due to your progressive ideas based on the Social Gospel and your ecumenical practices.

Keywords: Baptists, Ecumenismo, Communism

Em sua maioria, os evangélicos sempre declararam seu apoio irrestrito às autoridades constituídas, atitude esta recomendada na própria Bíblia. Durante o Governo Militar esse apoio tornou-se ainda mais declarado por se tratar de um governo de caráter essencialmente conservador que havia livrado a Pátria do avanço do comunismo “subversivo e ateu”. Diante dessa conjuntura as hierarquias batistas construíram uma gama de representações acerca do ecumenismo – que por diversas vezes foi tido como um movimento comunista – afim de garantir a inviolabilidade de suas doutrinas e demonstrar sua fidelidade frente ao governo.

Não há como negar que as representações políticas elaboradas pelos protestantes em geral estão historicamente vinculadas às formas de existência desse grupo na sociedade em que estão inseridos. Para discutir as ressignificações de discursos utilizadas pelos batistas faz-

* Mestranda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e bolsista Fapesb. Orientadora: Elizete da Silva. E-mail: lu_lu86@hotmail.com.

se necessário a utilização de Chartier, onde ele afirma que as representações que permeiam a sociedade são construídas e determinadas seguindo interesses dos grupos sociais que as forjam (CHARTIER, 1990), o que ficará claro ao se observar o tratamento dado aos ecumenistas por parte dos líderes batistas.

Utilizamos também os conceitos de campo e capital religioso de Pierre Bourdieu, bem como suas considerações sobre a função social da religião “predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário” (BOURDIEU, 1974:46) que, no caso em questão, foi cumprida na medida em que o capital simbólico era reforçado a favor dos grupos majoritários legitimando-o socialmente ao passo que diferenciou aqueles que aderiram a proposta ecumênica tratando-os como ilegítimos.

O protestantismo missionário, categoria em que podemos classificar os batistas, instalou-se no Brasil na segunda metade do século XIX, sendo a primeira delas a Igreja Evangélica Fluminense de 1858 seguida pelas Igrejas Presbiteriana e Metodista em São Paulo. No caso da Denominação Batista seu primeiro núcleo organizou-se em Santa Bárbara D’Oeste no ano de 1871 e atendia apenas norte-americanos, entretanto essa não é considerada a primeira igreja brasileira, papel assumido pela Primeira Igreja Batista do Brasil, organizada em Salvador em 15 de outubro de 1822, que mereceu o título por ser voltada para os brasileiros e ter objetivos missionários (SILVA, 1998).

Ao instalarem-se na Bahia, em 1882, os batistas encontraram apenas duas outras comunidades protestantes na Província, a Igreja Anglicana e a Igreja Presbiteriana, o que demonstra o reduzido número de protestantes existentes no cenário baiano da época no qual o catolicismo era majoritário. No entanto, a Bahia do século XIX, constituía-se como um local estratégico para a instalação do protestantismo missionário representado pela Denominação Batista, pois além de ser a capital religiosa do Império e sede do Arcebispado Primaz Católico, o seu campo religioso ainda era pouco explorado pelo protestantismo de caráter missionário.

A Convenção Batista Baiana no período estudado reunia dezenas de comunidades, destaca-se dentre elas: a Igreja Batista Sião, dirigida à época pelo pastor e militar da reserva o Rev. Valdívio de Oliveira Coelho e a Igreja Batista Dois de Julho, pastoreada por Ebenézer Gomes Cavalcanti, advogado e ex-deputado estadual. Essas duas comunidades batistas despontam como principais ao estudo proposto tanto por serem, à época, as maiores, quanto por possuírem entre seus membros sujeitos com notável participação no cenário político baiano, a exemplo do pastor Ebenézer Gomes Cavalcanti deputado estadual pela UDN em

1950; de Raymundo Brito deputado federal também pela UDN por quatro vezes consecutivas (1954, 1958, 1962, 1966) e do diácono batista Clériston Andrade prefeito da cidade de Salvador entre 1971 e 1974.

O deputado Raymundo Brito era tido pela maioria dos batistas de Salvador como o representante desse grupo frente ao governo e responsável pelas barganhas políticas que atenderiam os interesses dos mesmos. Dentre o principal resultado de sua atuação na intermediação entre os militares e os batistas figura a construção do Hospital Evangélico da Bahia onde o deputado contou com o apoio direto do então presidente Castelo Branco que doou o terreno usado para sua edificação. Segundo o Pastor Ebenézer Cavalcanti, referindo-se a Brito: “Sua eleição se tem devido, em larga medida, ao eleitorado evangélico, a que serve. [...] Sua vida ficará marcada na História pela fundação e funcionamento do Hospital Evangélico da Bahia, a que tem dado o melhor dos seus esforços”¹.

A partir de 1971, com a indicação pelos militares do então Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães para o Governo da Bahia, o deputado Raymundo Brito é convidado para ser Secretário de Justiça do estado, e o diácono batista Dr. Clériston Andrade ao cargo de Prefeito da Cidade de Salvador consolidando assim a aliança entre os batistas e os representantes do governo militar na Bahia.

Clériston Andrade era um atuante diácono da Igreja Batista Sião, posteriormente da Igreja Batista da Graça, e durante seu governo manteve-se como representante delas ao ponto da imprensa baiana reportar-se a ele como o “pastor batista” e a imprensa batista como “nosso irmão prefeito Dr. Clériston Andrade”. Além de aliar-se aos governos militares na política institucional os batistas ocupavam inúmeras edições de seus jornais – O Jornal Batista e O Batista Baiano – com notícias acerca do governo dos militares iniciado com a “gloriosa revolução de abril de 64” (ALMEIDA, 2007). Dessa forma, esforçaram-se para demonstrar sua lealdade ao Governo Militar, ao contrário de vários setores da Igreja Católica que abrigavam os perseguidos políticos, na tentativa de garantir seu espaço no poder². Robison Cavalcanti, em *Cristianismo e Política*, retrata bem essa situação:

¹ Trecho extraído do livro de memórias *Evocações* (1989: 96) organizado por Alzira Coelho Brito, esposa de Raymundo Brito e irmã do pastor Valdívio Coelho.

² Os Batistas esforçaram-se para condenar a Igreja Católica por seus atos de apoio aos “subversivos” numa tentativa de provar ao governo o quanto errôneo era continuar financiando a construção de templos católicos com dinheiro público “proveniente de todos os grupos religiosos do Brasil” enquanto que eles, os batistas, que mantinham-se fiéis ao governo, construíam seus templos com o dinheiro batista. Para confirmar o desmerecimento por parte dos católicos desses privilégios, o caso dos frades dominicanos acusados de proteger os “terroristas” aliados a Marighela ocorrido em 1969 foi intensamente explorado pela imprensa batista que desqualificou os sacerdotes católicos e acusou-os de estarem a serviço dos interesses políticos cubanos. (ALMEIDA, 2008).

Se o [regime militar] pudesse ser comparado a uma composição ferroviária que é forçada a seguir por um desvio (em 1968), poderíamos dizer que a Igreja Romana, na maioria de sua liderança, resolve descer na primeira estação após a entrada no desvio. Eles vinham ocupando os vagões da primeira classe... Quando eles descem, o chefe do trem convida os evangélicos a se mudarem para os vagões da primeira classe... Estes o fazem... agradecidos pela deferência ... Os evangélicos vão se tornado, a partir da década de 70 (juntamente com os maçons e os kardecistas) em sustentáculos civis do regime... (FREESTON, 1994:25)

A atuação batista acerca dos acontecimentos políticos e sociais das décadas de 60 e 70 não era homogeneamente conservadora. Existiam dentro da Denominação Batista, alguns segmentos e pessoas que tentavam chamar a atenção dos evangélicos para a necessidade de uma maior atuação frente aos problemas sociais do País. Esses grupos, ecumenistas ou não, por levantar bandeiras de reformas sociais e redistribuição de riquezas no contexto extremamente conservador da ditadura militar eram confundidos e identificados, as vezes propositalmente, como sendo subversivos e até mesmo comunistas.

Essa associação entre o ecumenismo e o comunismo deve-se ao fato dos batistas, em geral, adotarem uma posição anticomunista exposta tanto em seus jornais quanto em publicações distribuídas por editoras protestantes. O discurso anticomunista³ difundido no meio batista transcendia o terreno político – onde comumente se faz a crítica a essa ideologia – para o campo religioso, haja vista que por vezes eram usadas representações apocalípticas para descrever os “métodos dos comunistas” além de identificá-los como “filhos do demônio”, “saqueadores” ou “degoladores” (ALMEIDA, 2008).

Do ponto de vista batista, qualquer oposição às autoridades constituídas era obra de Satanás e seus seguidores. Tratava-se de uma desqualificação contundente se for levado em conta o papel negativo da figura do Diabo, o opositor de Deus, no imaginário cristão e batista, e esse imaginário estendia-se aos ecumenistas e protestantes que assumissem a defesa de alguma mudança na ordem social.

É interessante notar que antes de 64 a atuação desses protestantes tidos como progressistas vinha crescendo e se organizando mais a cada ano, como exemplo cita-se a criação, em 1955, da Comissão de Igreja e Sociedade vinculada a Confederação Evangélica do Brasil⁴ e responsável pela realização de quatro conferências nacionais com o objetivo de compreender a realidade do País. Entretanto:

³ Segundo Sá Motta, era muito freqüente no Brasil o uso da demonização dos comunistas por parte dos religiosos haja vista que a Igreja cristã criou um estereótipo de demônio onde este seria a fonte de todo o mal. (SÁ MOTTA, 2002:49)

⁴ A Comissão tinha a participação de alguns batistas mas de forma não oficial pois a Convenção Batista Brasileira recusou-se a participar.

as consultas cessaram após o golpe militar de 1964. Foram apenas quatro eventos que tiveram uma forte repercussão na comunidade protestante, tanto positivamente ao ampliar o raio de ação dos progressistas, tanto negativamente ao se observar a reação conservadora dos fundamentalistas (SILVA, 2007:99).

A mais representativa dessas conferências foi a Conferência do Nordeste, realizada em Recife, em 1962, que contou com a participação de vários protestantes baianos. Com o título: *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*, os conferencistas assumiram a defesa das Reformas de Base buscando participar dos projetos políticos nacionais inserindo neles uma ética cristã. Segundo Joanildo Burity:

Na Conferência do Nordeste essas questões [acerca da Revolução Brasileira] afloraram com todo viço. Os melindres institucionais, a situação delicada de uma minoria avançada demais para comportar-se nos estreitos limites da maré conservadora (que se avolumava dentro e fora da Igreja, como conseqüência da crescente mobilização popular inabismável pela reversão de um modelo de desenvolvimento que começava a vazar por todos os lados) tudo isso se colocou ao nível do discurso analisado como desafio e como obstáculo (BURITY, 1989:360).

Constata-se então que até a década de 60 a Confederação Evangélica do Brasil, influenciada por teólogos como o reverendo Richard Shaull e o Rev. presbiteriano César Mota defendia a necessidade de uma Revolução Social, porém, fora dos moldes comunistas, condenando o materialismo marxista, o caráter autoritário do Estado soviético, e o fato deles não concederem lugar a Deus, sendo o comunismo portanto incapaz de solucionar os problemas da sociedade. Propunha assim uma terceira via, onde o resultado do processo revolucionário não seria o comunismo e sim um socialismo diferente conquistado através do comprometimento político individual e coletivo dos cristãos para a construção de uma sociedade mais justa e cristã.

O pensamento progressista protestante e a Teologia da Libertação foram duramente combatidos pelos setores conservadores das igrejas evangélicas, principalmente por suas hierarquias, que se esforçavam para satanizar qualquer pensamento divergente. Os jovens progressistas eram acusados de comunistas e muitos deles foram entregues ao aparelho repressor do Estado pelas próprias autoridades eclesiásticas, pois na mentalidade protestante da época aquele que delatasse seria diferente do transgressor, isento de culpa.

A partir de 1964, como já foi dito, tornou-se cada vez mais comum a publicação de artigos anticomunistas no “Jornal Batista”, não raro, nesses artigos incluía-se também o ecumenismo, como por exemplo em artigo de 1968 intitulado “Ecumenismo, vergonhosa capitulação”:

O Ecumenismo é apenas uma inspiração do Diabo para arrefecer a evangelização dos povos mergulhados no pecado – esses mesmos povos que adoram a Virgem Maria e engolem hóstias na vã esperança de se salvarem. As fomes do Inferno são insaciáveis. Não bastam os milhões agrilhoados pelos Comunistas atrás da Cortina-de-Ferro.⁵

Na Bahia essa reação conservadora pôde ser fortemente percebida na questão que envolvia a Igreja Batista Dois de Julho e a criação da Igreja Batista Nazaré (IBN), ambas localizadas em Salvador. A IB Dois de Julho era na década de 60-70, uma das maiores congregações batistas de Salvador e seu líder, o pastor Ebenézer Gomes Cavalcanti, tinha uma posição bem definida frente ao ecumenismo:

O movimento ecumênico em que se envolvem católicos e protestantes, inclusive alguns grupos Batistas infiéis, soa com somido estranho para nós, os Batistas fundamentalistas, quanto à doutrina bíblica, conservadores quanto à teologia de base bíblica indiscutível e regulares quanto ao sistema eclesiológico de inspiração bíblica. Alguns Batistas, pouco informados, ainda supõem que o movimento pró-uniidade cristã significa uma espécie de manual de etiqueta para fins de mesuras, cordialidade, boas maneiras, cortesia social e refinamento de boas relações intereclesiásticas, inclusive em campos neutros de cooperação sem maiores compromissos com a fé. Enganam-se (CAVALCANTI, 1970:35).

A Igreja Batista Nazaré foi criada, no início da década de 70, por ex-membros da União de Mocidade da Igreja Dois de Julho excluídos devido a suas idéias progressistas baseadas no Evangelho Social e suas práticas ecumênicas. Segundo o jornalista Agostinho Muniz, líder da juventude batista baiana na época que fazia parte do grupo que fundou a nova igreja, o próprio Ebenezer Cavalcanti comandou a primeira grande exclusão daqueles considerados muito “cor-de-rosa”⁶, muitos dos quais além de serem excluídos foram também denunciados ao serviço de repressão da Polícia Militar do Estado:

(...) aconteceu entre 1960 e 1966. 66 é um ano emblemático da liderança protestante e de Juventude porque aí passam a ocorrer as eliminações desse pessoal que não rezava pela cartilha da liderança oficial da Igreja e dos pastores, Ebenézer mesmo foi o primeiro a comandar uma grande exclusão desses jovens (...) cito 66 porque foi em 66 que isso ficou muito claro uma... um engendramento, uma coisa articulada entre a repressão da Ditadura dentro das igrejas e a liderança da Igreja, os líderes da Igreja começaram a reagir contra aquele pessoal que dentro da própria Igreja era chamado de muito “cor de rosa”, alguns chamados de comunistas como foi o meu caso que denunciado ao serviço de repressão ao comunismo (...) fui denunciado como sendo atuante comunista, como tendo ligações com o Partido Comunista fora da Igreja e eu atuava na Igreja como um braço desse, do Partido... eu nunca fui comunista, nunca pertenci ao Partido, embora tenha até freqüentado reuniões pra saber como é, pra conhecer, mas nunca me atraiu o materialismo histórico...⁷

⁵ O Jornal Batista, 30 de junho de 1968. p. 02.

⁶ O termo era usado em alusão àqueles que seriam próximos aos comunistas “vermelhos”.

⁷ Entrevista realizada com Agostinho Muniz em 02 de março de 2007.

De fato, a maioria dos progressistas batistas nunca fez parte do partido comunista. O próprio jornalista Agostinho Muniz apesar de ter sido militante da Ação Popular faz questão de deixar claro que nunca fez parte do Partido Comunista. Entretanto, alguns jovens protestantes fizeram parte dos quadros do PCB a exemplo de Norberto Bispo dos Santos Filho membro da Igreja Batista Dois de Julho, em Salvador e militante em um grupo de ativistas políticos de esquerda, que atuava no Colégio Central em Salvador.

Por ter sido organizada a partir de um grupo formado por jovens expulsos pelo pastor Ebenézer e por outros que, por esse motivo, solicitaram transferência da Igreja Batista Dois de Julho, a IBN recebeu o descrédito da maioria dos batistas baianos. Em nota, do jornal *A Tarde* intitulada: “Grupo dissidente de Igreja Batista está precisando de templo”, a Igreja Batista de Nazare era tida como dissidente já no título e no decorrer do artigo onde há ainda um certo equívoco sobre a origem do grupo que tinha em sua maioria membros da I. B. 2 de Julho, embora também tivesse recebido, posteriormente, membros originários da I. B. da Graça:

A nova igreja batista surgiu porque os seus membros, antes pertencentes a Igreja Batista da Graça, desarticularam-se com certos aspectos da doutrina ali pregada. Nisso resultou a formação do novo grupo, que partiu para a discussão dos princípios que serão adotados e sobre a orientação que a nova igreja terá, onde a preocupação básica é a salvação e “e sair de uma situação de pecado”⁸

Entretanto, já no dia seguinte, o pastor da IBN Djalma Torres foi à redação do jornal reivindicar a correção da nota: “O pastor Djalma Torres da Igreja Batista de Nazareth, esteve ontem em nossa redação para explicar que sua igreja não é ‘dissidente’ da Igreja Batista da Graça, como foi divulgado, mas oriundo da Igreja Batista Dois de Julho, e conta hoje com 56 membros.”⁹

Segundo o professor e ex-pastor batista Eliab Gomes, em solidariedade aos irmãos perseguidos, formou-se entre os protestantes baianos um grupo ecumênico organizado pelo reverendo presbiteriano Celso Dourado – o Comitê de Direitos Humanos e Anistia – que atuava em defesa dos direitos humanos e, extra-oficialmente, protegia e escondia perseguidos políticos além de dar apoio a movimentos sociais. Dentre esse grupo, no entanto, só havia dois pastores batistas: o próprio Eliab e o pastor Djalma Torres¹⁰, ambos membros da recém-criada Igreja Batista de Nazaré.

Durante toda a década de 70, a IBN continuou recebendo duras críticas vindas das lideranças de várias Igrejas Batistas baianas, em especial da IB Dois de Julho, que por vezes

⁸ A Tarde, 23 de maio de 1977.

⁹ A Tarde, 24 de maio de 1977.

¹⁰ Entrevista realizada com Eliab Gomes em 11 de março de 2008.

vinham até em forma de apelo como em um manifesto transcrito em ata o então diácono e tesoureiro da IB Dois de Julho, Adlair de Freitas Pacheco: “aos dissidentes peço pelo amor de Deus que deixem a igreja em paz... não usem o nome de Cristo como bandeira para alcançar seus ideais, que não são os da Igreja”. Percebe-se a partir desse discurso, o esforço feito pela liderança da IB Dois de Julho para legitimar-se como verdadeira detentora do capital simbólico inerente às práticas batistas, pois ela seria a única habilitada a usar o nome de Cristo de forma séria. Ainda assim, a IBN conseguiu ser admitida na Convenção Batista Baiana em 1976, sendo entretanto expulsa da Convenção em 1988 devido às suas práticas ecumênicas.

Analisando as práticas, representações e ressignificações de discursos dos evangélicos e em especial da hierarquia, observa-se o quão conflituosa foi a relação entre a maioria conservadora evangélica e aqueles que, de dentro das comunidades religiosas, tentavam dar um caráter mais progressista e social ao protestantismo, relação essa carregada de generalizações que expõem a forma preconceituosa com a qual o grupo majoritário tratava as idéias diferentes. Segundo Rubem Alves, “a diferença é a prova da cumplicidade com o demônio, porque quem não é igual a nós [protestantes] só pode ser contra nós” (ALVES, 1987:27), ou seja, uma clara satanização do pensamento divergente.

Mesmo minoritário, o grupo ecumênico e progressista dialogou com o marxismo, com os movimentos sociais e políticos do período oferecendo uma perspectiva evangélica ao quadro político nacional, bem como participando ativamente da resistência ao governo militar.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luciane S. de. *A Igreja Anticomunista Representações dos Batistas Sobre o Regime Militar em Feira de Santana*. Feira de Santana, UEFS. 2008.

ALMEIDA, Luciane S. de. “*Missionários Comunistas*”: *Representações Construídas pela Imprensa Batista sobre o Comunismo e o Regime Militar no Brasil*. I Encontro Regional em História Regional e Cultural. 2007.

ALVES, Rubem A.. *Da Esperança*. Campinas: Papirus, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BURITY, Joanildo Albuquerque. *Os Protestantes e A Revolução Brasileira, 1961-1964: A Conferência do Nordeste*. Recife. Dissertação de Mestrado. UFPE. 1989.

CAVALCANTI, Ebenézer. *Os Batistas e o Ecumenismo*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1970.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na Política Brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro editora, 1994.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva. 2002.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. USP. Tese de Doutorado. São Paulo, 1998.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira*. Dissertação para professor Pleno. Feira de Santana: UEFS. 2007.